



>> entrevista ELISA LONCON

Membro da etnia mapuche, a acadêmica de 58 anos falou ao *Correio* sobre os desafios de comandar a redação de uma nova Carta Magna para o país e de romper com a herança política da ditadura do general Augusto Pinochet. Presidente da Constituinte quer texto pluricultural

“Constituição deve reconhecer a pluralidade do Chile”

» RODRIGO CRAVEIRO

Pela primeira vez, uma indígena terá o papel de conduzir o Chile à redação de uma nova Constituição e à completa ruptura com a herança da ditadura do general Augusto Pinochet (1974-1990). Durante os próximos nove meses, Elisa Loncon, pertencente à etnia mapuche, presidirá a Assembleia Constituinte que pretende gestar uma Carta Magna plural e que respeite os direitos e a existência dos povos originários do Chile. Aos 58 anos, Loncon é acadêmica do Departamento de Educação da Faculdade de Humanidades da Universidade de Santiago e especialista em educação intercultural bilingue. Em sua posse, no domingo passado, subiu à tribuna vestida com um traje típico e discursou em mapudungún, a língua dos mapuche — indígenas do centro-sul do Chile, estimados em 1,3 milhão de pessoas. Em entrevista ao *Correio*, por telefone, Loncon falou sobre a perseguição à etnia, admitiu que a nova Carta Magna pode ajudar a saldar uma dívida com os mapuche e prometeu que “esta será uma Constituição paritária”, ao citar o papel das mulheres na reconstrução do país.

O governo de Sebastián Piñera tem ampliado o conflito do Estado com os mapuche. O seu nome para presidir a Constituinte pode lançar luz à situação de sua etnia?

Tampouco os últimos governos foram tão distintos em relação aos mapuche. O que Piñera fez foi assumir, de maneira mais forte, uma política que se baseia em sistema rígido de segurança. Ele fortaleceu o problema da relação com o *Wallmapu* (a terra da nação mapuche), a militarização de *Wallmapu*. Mas essa militarização começou em 1990, com a chegada do governo da *Concertación* (coalizão de partidos políticos de centro-esquerda). No governo de (Patricio) Aylwin (1990-1994), 144 mapuche foram condenados por associação ilícita. Depois, foram incrementando (a militarização). Durante o governo de (Michelle) Bachelet, morreu Matías Catrileo (estudante mapuche assassinado em uma ocupação de terras, em 3 de janeiro de 2009). Bachelet instalou o Comando Jungla (equipe espe-

cial dos Carabineros, a polícia do Estado). Piñera incrementou a repressão. Não se trata do meu nomeamento ou da instalação da Assembleia Constituinte. Mas de como as nações originárias instalarão os temas dos direitos à plurinacionalidade na Constituição. Poderá haver um respiro, no sentido de que se abre uma porta para a justiça com todas as nações originárias. Nós vamos instalar a nacionalidade, a interculturalidade, os direitos à natureza. Vamos ver de que maneira esses direitos serão garantidos.

Qual é o simbolismo de uma mapuche à frente da redação de uma nova Constituição? Este é o momento de saldar dívidas históricas com o seu povo?

Sempre se pedirá essa justiça histórica. Não apenas a justiça histórica, mas todo o reconhecimento da vulneração dos direitos das nações originárias exige uma mudança de política. Reconhecer, por parte do Estado, que se fragilizaram os direitos. É preciso instalar formas de reparar violações. Com a Constituição, esperamos que se reconheça a vulneração dos direitos humanos das nações originárias. Não apenas com os mapuche, mas com todas as nações originárias.

Como a senhora analisa a atual Constituição do Chile e quais as heranças da ditadura de Pinochet?

A Constituição é a herança de Pinochet. A Carta Magna, para começar, diz que o Chile é uma nação única, indivisível. Esse caráter de nação única marginaliza os direitos de todas as nações originárias. O assunto do mínimo de dois terços (exigência necessária para mudar o texto) foi instalado pela ditadura para que a cidadania jamais tivesse o direito de modificá-la. É uma amarra que deixaram para que os militares sempre se mantivessem no controle político e econômico. O modelo econômico que se instala implicou, para o Chile, toda a incorporação, a neoliberalização da economia. Abriu-se espaço para empresas transnacionais,

que finalmente são as que levam a riqueza do Chile. Com isso, o Chile, o sistema e a sociedade se empobreceram. As políticas sociais são, de certa forma, políticas individualistas. Elas não favorecem nem garantem direitos das comunidades, dos povos, mas fortalecem o livre mercado e a livre concorrência. Alguns podem pagar e ter mais (recursos), e outros nada têm e não possuem direito à educação e à saúde digna.

Quais aspectos cruciais devem ser contemplados na nova Carta?

Uma nova Constituição tem que reconhecer a pluralidade de

nações que integram o país que se chama Chile. Tem que garantir os direitos individuais, os direitos sociais individuais dos povos, o direito a uma saúde pública de qualidade, a uma educação de qualidade, a uma aposentadoria digna. Mas, em matéria de nações originárias, o sistema educacional tem que ser um que incorpore a diversidade cultural. No âmbito de todo o povo do Chile, o sistema educacional precisa instalar uma mentalidade, princípios transversais de respeito à diversidade dos povos originários. Precisa injetar, no imaginário do Chile, a representação con-

creta das mulheres. Esta será uma Constituição paritária. As mulheres têm que se encaminhar à recuperação de seus direitos, que foram vulnerados pelo patriarcado e pelo colonialismo. A Constituição tem que garantir os direitos da Mãe Natureza. Com a Constituição de Pinochet, a água foi privatizada. Essa privatização é nefasta, pois água implica vida. Ao se privatizar a água, não se garante a vida para os povos originários e para todas as comunidades do Chile. A mesma empresa extrativista das florestas e da mineração tem contaminado e destuído recursos naturais. Isso impacta no empobrecimento. O Chile tem sido dependente de um centralismo da capital. As pessoas vêm até Santiago para arrumarem trabalho. Em outros locais não há emprego. A Constituição tem que resolver isso e dar poderes às regiões para que participem das decisões e das ideias de desenvolvimento.

A inclusão dos indígenas na Constituição é algo sem precedentes no mundo?

Nós, como nações originárias, vamos contribuir para que tenhamos uma Constituição plurinacional e intercultural, que respeite os direitos da Mãe Natureza. No mundo, há Constituições com

distintos níveis de reconhecimento dos direitos dos povos. Qual o nível de aprofundamento de reconhecimento que nós conquistaremos? Vai depender do espaço de deliberação democrática. A sociedade terá que entender que as nações originárias têm que avançar, e que seus direitos coletivos devem ser respeitados. E seus direitos de nação incluem seu território, seu mecanismo de participação e de definição da política, como os direitos à autodeterminação dos povos, os seus direitos linguísticos. Então, esta Constituição chilena assumirá o aporte de outra Constituição em matéria de plurinacionalidade e diversidade cultural e linguística.

Quais as principais demandas ou problemáticas do Chile que ainda não foram contempladas pela Constituição de 1980?

Aí está o tema da centralização administrativa, da centralização do governo. As regiões foram povoadas e submetidas à dependência da capital. O Chile tem um governo de sistema presidencialista. E este sistema deveria ser mais compartilhado com a autonomia das regiões. A autonomia das nações originárias implica, também, em um modo de descentralização do poder. Ou seja, dividir o poder entre os povos.

Como a Constituição pode contribuir para uma sociedade mais paritária e plurinacional?

Instalando os direitos dos diferentes povos, das diferentes regiões; aprofundando um sistema democrático participativo, em que a decisão não é centralizada no presidente, mas é o povo quem decide, as regiões que decidem. Uma Constituição que também seja paritária, enquanto guardadora dos direitos das mulheres e das nações originárias.

Elisa Loncon por Elisa Loncon...

Sou filha da vida mapuche e observo o mundo de maneira diferente, enquanto me toca compreender a sociedade não mapuche. Também me ajuda estar dentro dos grupos mais deslocados. Pertencer a esses setores que foram combatidos e resistir. Essa resistência me dá uma maneira de estar no mundo, onde os desafios são possíveis de serem vencidos.



Arquivo pessoal

Vamos contribuir para termos uma Constituição plurinacional e intercultural, que respeite os direitos da Mãe Natureza”

HAITI

Viúva de presidente fala sobre assassinato

Em áudio de 2 minutos e 40 segundos divulgado por meio do perfil oficial do Twitter e cuja autenticidade foi confirmada por porta-vozes do governo, a primeira-dama do Haiti, Martine Moïse, falou pela primeira vez sobre o assassinato do marido, o presidente Jovenel Moïse. “Em um piscar de olhos, os mercenários entraram em minha casa e crivaram meu marido de balas, sem nem mesmo dar a ele a chance de dizer uma palavra”, afirmou, três dias depois do crime. “Estou chorando, é verdade, mas não podemos deixar o país

perder seu caminho. Não podemos deixar que seu sangue tenha sido derramado em vão.” Martine se recupera dos tiros nas mãos e no abdome.

“Você sabem contra quem o presidente estava lutando. Enviamos mercenários para assassinar o presidente em casa, com toda a sua família, porque (ele) queria rodovias, água, eleições e o referendo ao fim do ano, (o assassinaram) para que não haja transição no país”, acrescentou o áudio atribuído a Martine. O referendo seria uma menção à consulta popular que Jovenel desejava reali-

Hector Retamal/AFP - 23/5/18



Martine ao lado do marido, Jovenel, em foto de 2018: “Não podemos deixar o país perder seu caminho”

zar para aprovar uma nova Constituição. “Os mercenários que assassinaram o presidente estão na prisão, mas há outros mercenários que querem assassinar o sonho do presidente”, acrescentou a primeira-dama, ao adotar um tom político.

Jovenel foi torturado e execu-

tado por um comando armado que invadiu a residência oficial da Presidência da República do Haiti, por volta de 1h de quarta-feira (2h em Brasília), no bairro de Pétiyon-Ville, em Porto Príncipe. Segundo o jornal haitiano *Le Nouvelliste*, a polícia mantém a caçada aos “mercenários” e

anunciou a prisão de 20 suspeitos, incluindo 18 colombianos e dois cidadãos com dupla cidadania haitiana e americana. As autoridades informaram que a colaboração da população foi essencial para a localização dos “bandidos”. Cinco supostos mercenários estão foragidos.

Na sexta-feira, o governo interino do Haiti enviou um “pedido urgente” aos Estados Unidos e à Organização das Nações Unidas para que enviassem tropas ao país caribenho. A missão teria caráter de estabilização e o objetivo de garantir a segurança de portos, aeroportos e da infraestrutura. O governo do presidente norte-americano, Joe Biden, respondeu que não tem planos para oferecer ajuda militar “neste momento”. No entanto, Washington admitiu que agentes do FBI (a polícia federal dos EUA) e do Departamento de Segurança Interna embarcaram rumo a Porto Príncipe para colaborar com as investigações. O Conselho de Segurança da ONU precisaria aprovar qualquer plano de mobilização de forças para o Haiti sob os auspícios das Nações Unidas.